



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

Êêêetcha!

nº 9
Agosto 2010

Quem conhece o MST?

As repórteres do Êêêetcha Marília Gonçalves e Renata da Silva Melo entrevistaram Alan Tygel, engenheiro que decidiu conhecer o MST com os próprios olhos. Ele passou uma temporada em um acampamento na Bahia. Veja o que ele aprendeu por lá.

Páginas 4 e 5



Uma ferramenta de luta

Você conhece o Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais? Então conheça essa importante ferramenta de luta na matéria de Sandra Mayrink Veiga.

Páginas 6 e 7

Campanha Nacional Pelo Limite da Propriedade da Terra

A Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra existe desde 2000. No aniversário de 10 anos, um plebiscito consultará a população sobre a diminuição do limite das propriedades no campo. Veja como participar.

Página 5



É MAIS...

SOLTEC comemora 7 anos
Mapeamento de conflitos
Entrevista com Dominic Barter
SOLTEC Indica filmes e livros

Página 2

Página 3

Páginas 10 e 11

Páginas 12 e 13

EDITORIAL

Por Sidney Lianza

Nós do SOLTEC/UFRJ coligamos com os que lutam para que a Universidade pública brasileira pratique de maneira indissociável e interdisciplinar o ensino, a pesquisa e a extensão, voltados para o desenvolvimento social. Somos um ente desta Universidade, temos o compromisso de dialogar permanentemente com a sociedade e construir de forma conjunta soluções para a superação da iniquidade social e do desequilíbrio ambiental. Buscamos delinear caminhos para que a ciência e a técnica, em ação interdisciplinar, contribuam para a construção de outro mundo que é possível. É imanente a esse processo uma luta política que apresenta desafios gigantescos.

Paradoxalmente, a hegemonia dos sistemas complexos econômico-militares em aliança com os sistemas técnico-científicos opera há décadas uma ação continuada peculiar de integração da pesquisa, do ensino e da extensão, cujo resultado é um processo civilizatório calcado nos princípios da mercantilização do ser humano e do meio ambiente.

Este processo se dá através da operação de sistemas complexos econômico-militares em aliança com uma ciência-ação, por meio de uma relação dialética entre a ação disciplinar e a interdisciplinar, conduzindo à globalização planetária da hegemonia do capital, fruto de uma parceria público-privado, com destacado papel ocupado pela academia.

Trata-se de uma luta política de hegemonia de visões sobre a interação da Universidade nesses sistemas complexos. Cabe conscientizar-se que não serão ações e operações isoladas que irão deter a hegemonia atual do processo civilizatório. Compreender a dinâmica dos sistemas complexos de dominação é condição indispensável para qualquer tentativa de movimento libertador. Identificamo-nos com aqueles que na Universidade, mas também em organizações governamentais, não-governamentais e movimentos sociais, lutam para construir dialogicamente com os atores sociais, a ciência e a técnica que contribuam com a construção de um processo civilizatório alicerçado em princípios humanistas, ecológicos, democráticos, sociais e solidários. Definitivamente a Ciência e a Tecnologia não são neutras, nem tampouco o é um pesquisador-extensionista solidário.

O que é o SOLTEC?

O SOLTEC (Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro) é um programa interdisciplinas de extensão, pesquisa e ensino, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental.

SOLTEC comemora 7 anos

Por Alan Tygel e Ricardo Mello



No dia 13 de março deste ano, o Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) comemorou 7 anos de existência. Criado como uma iniciativa de alunos da engenharia de produção descontentes com a visão estritamente tecnicista de seu curso, o SOLTEC constitui-se hoje como um programa de extensão da UFRJ que agrega cerca de 60 colaboradores, entre professores, técnicos, pesquisadores, bolsistas e voluntários.

As raízes na engenharia de produção não impediram que o Núcleo se tornasse fortemente interdisciplinar. Devido à complexidade e diversidade dos projetos nos quais o SOLTEC se envolve, jornalistas, economistas, assistentes sociais, sociólogos, além de engenheiros de produção, eletrônicos, de computação, mecânicos, entre outros, compõem a equipe.

A elaboração de políticas públicas voltadas para a construção de um outro modelo de sociedade, que privilegie a igualdade social e o equilíbrio ambiental, é a prioridade central do SOLTEC. Os projetos são desenvolvidos em colaboração com órgãos do governo, ONGs e outros centros universitários de pesquisa e extensão, e atuam nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, tendo a pesquisa-ação como metodologia fundamental.

Os sete anos do SOLTEC foram celebrados com diversas atividades, no dia 12 de março. Pela manhã, houve uma apresentação do Núcleo para alunos interessados em se candidatar a bolsas de extensão. As áreas de atuação foram apresentadas através dos

projetos que estão em andamento e dos eventos organizados. Em seguida, ocorreu a inauguração do novo portal do SOLTEC (www.soltec.ufrj.br), que conta com informações sobre projetos, publicações, notícias, editoriais, além de uma intranet para os membros do Núcleo.

No fechamento da manhã, o professor do Instituto Luiz Alberto Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE), Ivan da Costa Marques, proferiu uma palestra abordando a Sociologia da Tradução e a Teoria Ator-Rede, procurando analisar o processo de construção de fatos científicos. A tarde foi reservada para um animado churrasco na Ilha do Fundão, que contou com a participação de membros e ex-membros do SOLTEC, e de amigos do grupo.

Depois de sete anos, diversidade é o que não falta nos temas e atores com os quais o SOLTEC trabalha. Cadeia produtiva da pesca artesanal, tecnologia de informação para fins sociais, etnodesenvolvimento, tratamento de resíduos, energias alternativas, segurança alimentar e informática para educação são temas tratados nos projetos em andamento hoje. Dentre os parceiros nestes projetos, podemos citar os ministérios da Pesca e Aquicultura, do Desenvolvimento Social e do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ainda no âmbito governamental, podemos citar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário do Rio de Janeiro (SEDES). São parceiros ainda o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a Coordenação Nacio-

nal das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o Ibase, o NUPEM/UFRJ, o LIPE/UFRJ, entre muitos outros. Informações detalhadas sobre os projetos e parceiros podem ser encontradas em nosso portal.

Além dos projetos, o SOLTEC participa também da organização do Festival de Tecnologias Sociais e Economia Solidária, e do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (ENEDS), que este ano ocorrerá na Universidade Federal Vale do Jequitinhonha, em Teófilo Otoni, Minas Gerais (<http://eneds2010.net/>). O Festival, já em sua 3ª edição, pretende ser um ponto de interseção entre o movimento de Economia Solidária e a Universidade, trazendo para dentro do campus os debates sobre Tecnologia Social, questões ambientais e autogestão, além de feiras, moedas sociais e manifestações artísticas. Já o ENEDS, em sua 7ª edição, tem o objetivo de mostrar aos alunos das Engenharias e de outras ciências ditas exatas uma visão mais humana e social de suas futuras profissões, contribuindo no debate sobre como a Engenharia pode contribuir com o desenvolvimento social.

O número sete possui uma intensa carga simbólica, sendo associado a elementos tão diversos quanto os livros do antigo testamento, os pecados capitais e a camisa usada por Garrincha. Para o SOLTEC, significa antes uma conquista, e diante dos inúmeros desafios pela frente, representa mais uma vela soprada, e mais um ano de trabalho rumo a um mundo mais justo e solidário.

Mapeamento de conflitos

Um instrumento para transformação social

Por Renata da Silva Melo

Lançado em 5 de maio de 2010, o mapa da injustiça ambiental e saúde no Brasil tem como objetivo fazer uma espécie de diagnóstico nacional de grandes conflitos envolvendo populações atingidas por políticas públicas e projetos de desenvolvimento. Além disso, a partir de um mapeamento inicial, o mapa busca apoiar a luta de inúmeras populações e grupos atingidos em seus territórios por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde por tais populações, bem como por movimentos sociais e ambientalistas parceiros.

A iniciativa desenvolvida a partir de parceria entre a ONG FASE e a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) apresenta, até o momento, cerca de 300 casos distribuídos por todo o país. O foco do mapeamento é a visão das populações atingidas, suas demandas, estratégias de resistência e propostas de encaminhamento.

Segundo Tânia Pacheco, coordenadora-executiva do projeto, o enfoque adotado é o de privilegiar as populações afetadas pelos conflitos, e a partir desse viés levantar todos os demais dados: os danos ambientais e à saúde e as atividades que os causaram.

A Fiocruz trabalha com conflitos existentes desde o início de 2006 até meados de 2009, apesar de muitos deles terem tido início há décadas. São pesquisados cerca de 15 conflitos por estado. Uma interessante ferramenta disponível no site <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br> mostra um mapa aberto ao público com um total de 297 casos, e possibilita uma pesquisa por estado, por palavra chave ou por uma junção das duas hipóteses. Por exemplo: pode-se escolher Pará, e o mapa do estado será aberto, com todos os conflitos marcados. Clicando-se em um deles, aparecerá uma peque-

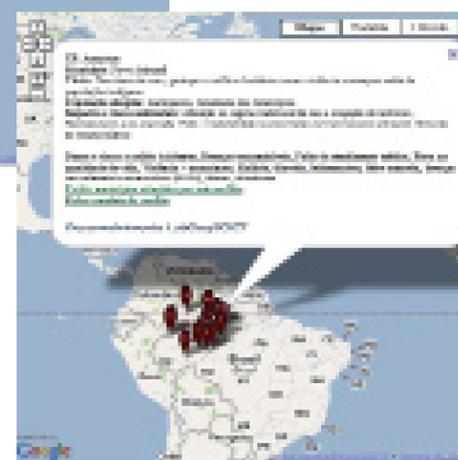
nte e um título que resume a questão. No pé da ficha, é possível verificar se outros municípios também estão sendo atingidos

e, finalmente, clicando na opção para a abertura da ficha completa do conflito, com todos os dados a ele referentes, incluindo o histórico e as fontes utilizadas na pesquisa. “É importante registrar que um cuidado que tivemos foi de fazer do Mapa um instrumento totalmente ‘amigável’ e de fácil manuseio, inclusive por pessoas que não estejam habituadas ao uso desse tipo de instrumento” diz Tânia Pacheco.

Os casos selecionados, apesar de refletirem uma parcela importante das populações atingidas, dos movimentos sociais e entidades ambientalistas que vêm se posicionando, não esgotam as inúmeras situações existentes no país. Por isso Tânia Pacheco destaca que a pesquisa absolutamente não terminou e que estaria apenas em seu início. Todos os dias surgem novos conflitos. Além de usar o mapa, todos os interessados na construção de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente sustentável podem também nutrir de novas informações. “O

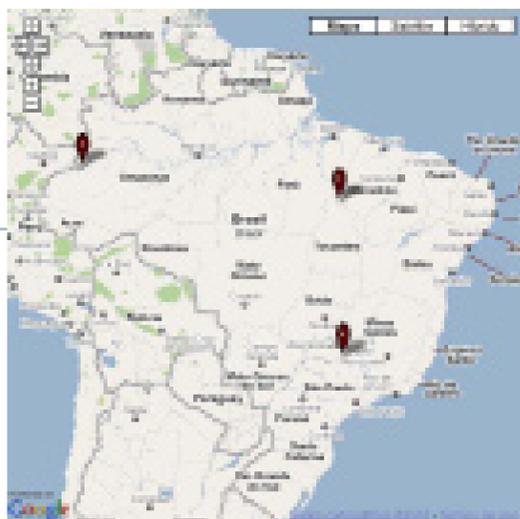


Mapa mostra conflitos mapeados no estado do Amazonas. Ao clicar em um dos pontos, é exibido uma ficha resumo da questão.



Mapa é de todos nós. É um instrumento da cidadania, e como tal deve ser apropriado e usado”, afirma Tânia.

Com essa finalidade, há no mapa uma página com o título “Fale conosco” para que qualquer pessoa, entidade, órgão público ou mesmo empresa, possa desde complementar informações até fazer novas denúncias. Diariamente chegam dezenas de informações, envolvendo desde casos, mais pessoais e localizados, a serem resolvidos junto às autoridades locais, a grandes problemas que surgem, principalmente na medida em que o território vai sendo cada vez mais tomado pelos grandes empreendimentos que se pretendem como sinônimos de desenvolvimento e de progresso. Atualmente, a Fiocruz já tem aproximadamente 30 conflitos para inserir no mapa. Além disso, outros casos já estão sendo pesquisados e trabalhados.



A busca pode ser feita por frase ou palavra chave. Na imagem, os conflitos mapeados com a palavra “prostituição infantil”, em Tabatinga (AM), Araguaína (TO) e Delta (MG). Quando se busca por “desmatamento”, mais de 150 conflitos são mostrados.

na ficha resumo, informando o município em questão, a população atingida, os danos à saúde e ao meio ambi-

Quem conhece o MST?

Por Marília Gonçalves e Renata da Silva Melo

O Brasil é hoje o país com maior concentração de terras no mundo. Esse problema histórico persiste e onera a vida de milhões de brasileiros. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge a partir da necessidade de promover a reforma agrária, afim de lutar por uma distribuição de terras mais justa. Mas, como se organiza esse movimento? Como vivem, o que pensam os integrantes do MST? Baderneiros ou revolucionários? Como é o dia a dia num assentamento do MST?

Alan Tygel passou uma temporada dentro do movimento em busca dessas respostas. Como ele diz, foi ver com os próprios olhos. O Êêetcha conversou com Alan, que nos contou sobre sua experiência no estágio de vivência do MST na Bahia. Confira a seguir o que ele viu, viveu e aprendeu nesse estágio.

Êêetcha: O que você pensava sobre o MST antes do estágio?

Alan Tygel: Eu queria ver com meus próprios olhos. Eu já tinha uma certa simpatia pelo MST, mas ficava sempre no conflito entre minha opinião e o que a mídia hegemônica diz, o que você lê no Globo – que são baderneiros, violentos e aproveitadores que vendem a terra, que não produzem. Por outro lado, eu sempre acompanhei as mídias alternativas, onde acontece o contrário – há um endeusamento de que é o maior movimento social do Brasil, é o povo que dá certo, é o povo unido. Bom, acredito um pouco mais na mídia alternativa, mas eu sentia muita vontade de ir lá ver com os meus olhos. Justamente quando eu estava pensando bastante nisso, recebi a divulgação do estágio e resolvi ir na hora.

Êêetcha: Você ficou quanto tempo lá?

A.T.: Bom, o estágio inteiro durou 15 dias. Nos 4 primeiros dias teve uma capacitação fora de Salvador, em Santo Amaro, e aí depois são mais 10 dias nos assentamentos e acampamentos, e depois mais 2 dias de avaliação. Esse estágio é organizado pelo

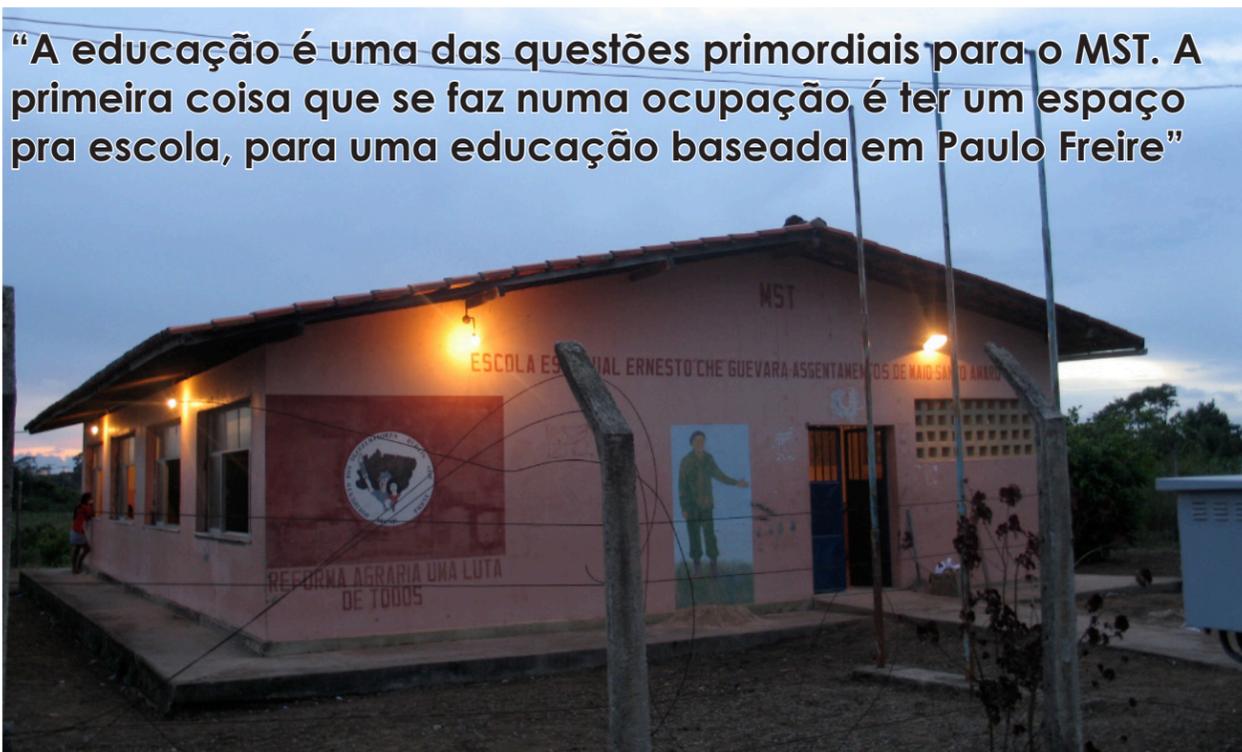
NEPPA, que é um Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias formado por estudantes da UFBA. O estágio existe no Rio também. Havia muitos estudantes das áreas médicas, pessoal de pedagogia, história, filosofia. Eles diziam que estavam procurando uma diversidade de carreiras e eu fiquei muito feliz, porque tinha certeza de que eu seria selecionado, imaginando que nenhum engenheiro iria se interessar muito por isso. De fato, eu fui o segundo engenheiro a passar por lá. O NEPPA passa o ano inteiro fazendo atividades nos assentamentos, divididos por núcleos. Tem um grupo que trabalha com agroecologia, um grupo que trabalha com educação, formação política, além de saúde e comunicação. No contexto desses projetos que eles têm nos assentamentos, eles fazem uma vez por ano esse estágio que é uma maneira de atrair pessoas pra continuar trabalhando nesses projetos, uma maneira de as pessoas irem lá vivenciar, e se animarem e continuarem trabalhando. Então o estágio não é um fim em si, ele é um início de uma relação, de uma militância pelo MST na Bahia.

Êêetcha: Quais foram as atividades realizadas no estágio?

A.T.: Como eu falei o tempo do estágio é dividido em três partes: uma preparação, o estágio em si e a avaliação. A preparação é dividida em alguns módulos, isso ainda fora do assentamento. A gente estuda a história da questão agrária no Brasil, todos os movimentos de luta pela terra que tiveram, e como é que se formou essa situação em que hoje nós temos: a maior concentração de terras do mundo. Além disso, tem um minicurso de como funciona a sociedade, que trata de entender como funciona o capitalismo, principalmente o capitalismo na terra, aquele que usa a terra como meio de produzir mercadorias e *commodities* pra exportação e não alimentos. A gente também estuda como funciona o MST, como ele é organizado, o que depende dos assentamentos, das brigadas e depois as coordenações regionais, estaduais e nacional. E, entre essas coordenações, têm os núcleos de saúde, de comunicação, de produção, e a frente de massas, que organiza as pessoas pra realizar novas ocupações. Lá também tem uma seção sobre educação popular – a educação é uma das questões primordiais para o MST. A primeira coisa que se faz numa ocupação é ter um espaço pra escola. E é sempre uma educação baseada em Paulo Freire, na educação do oprimido, no sentido de que seja libertadora e que gere a transformação social, e que sempre se aprenda junto (não que se ensine e aprenda, mas que todo mundo construa o conhecimento de uma forma coletiva e principalmente emancipadora).

Bom, durante esses quatro dias juntos numa escola, nós mesmos nos dividimos em brigadas pra fazer as atividades de limpeza, alimentação, as místicas, o cumprimento de horários. Então, no final desses quatro dias a gente se dividiu em 7 grupos de mais ou menos 12 pessoas, e fomos cada um para o seu assentamento/acampamento. Antes de ir pra lá os monitores que já trabalham no lugar expõem pra gente quais são os prin-

“A educação é uma das questões primordiais para o MST. A primeira coisa que se faz numa ocupação é ter um espaço pra escola, para uma educação baseada em Paulo Freire”



cipais problemas do local, como é a situação política, como é a coordenação do assentamento, se é bacana, se não é, se tem problema de alcoolismo, gravidez precoce, como é a produção, se funciona, se não funciona, o que se planta, se há agroindústria etc. Então, a gente já chega no assentamento com uma ideia de como é a situação, afinal, não estamos indo fazer turismo rural, a gente tá indo lá entender e gerar alguns tipos de intervenções. O pessoal lá não tem a ingenuidade de achar que não acontece uma intervenção. Essas intervenções são um dos tipos de atividades que a gente realiza, que são oficinas escolhidas de acordo com as demandas e de acordo com os projetos que são realizados. No meu caso, era um assentamento onde estavam implantando uma rádio comunitária e teve uma oficina de rádio. A “Rádio Bambu itinerante” ia ficar entre três assentamentos próximos. Já tinham comprado uma antena com um alcance bom, um transmissor. Além disso, tem as atividades da vivência em si, porque cada pessoa fica com uma família. E aí você vive o dia a dia, conhece como é uma casa no assentamento, vive num lugar que tem todas as particularidades que a gente não conhece. Como a falta de água encanada, por exemplo. A vida sem água encanada é uma coisa completamente diferente, e a gente abre uma torneira e nem pensa como poderia ser a vida sem isso numa casa bem simples, com chão de terra batida, poeira, fogão à lenha.

Enfim, então temos as oficinas, a vivência em si e os mutirões – uma cultura muito

presente em favelas, em comunidades. A gente fez dois mutirões lá: um de reforma da escola do assentamento – que é a Escola Estadual Ernesto Che Guevara – que estava bem sujinha (coitadinha), precisando de uma lixada, de uma pintura. O outro mutirão – que pra mim foi um dos melhores momentos lá – foi quando a gente foi nos limites do assentamento pra fazer as trilhas. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ia lá fazer a demarcação depois de 15 anos de assentamento, e até hoje não se sabe exatamente onde são os limites. A gente precisava abrir as trilhas no mato fechado para o INCRA passar com o GPS medindo. Foi um trabalho muito bacana, a gente sentia que apesar de ser uma coisa que não ia dar dinheiro, as pessoas estavam lá trabalhando, era um trabalho coletivo, não era pra si mesmo, era para o assentamento. E aí todo mundo estava feliz, todos trabalhando de bom humor e à noite tinha fogueira, música e cachaça, e a gente foi lá pescar camarão, caçar tatu.

Na volta, tivemos os dois dias de avaliação em Santo Amaro. Esse foi um tempo de entender um pouco. Eu cheguei completamente transtornado, estava difícil de entender o que tinha acontecido na minha vivência e aí juntou o pessoal que foi para outros assentamentos e outros acampamentos. Eu ainda não tinha entendido nem a minha história e as pessoas começaram a contar as histórias delas, então foi um momento bem confuso, mas a gente organizou algumas místicas pra contar como é que foi a vivência em cada comunidade.

Êêetcha: Agora você já entende o que foi a sua vivência? O que você aprendeu com isso?

A.T.: Com certeza, cheguei muito animado, muito interessado e de fato pude ver que o MST muito mais do que uma bandeira, do que política, do que os ataques da mídia, é formado por pessoas que ou eram empregadas de fazendas exploradas e trabalhavam cortando cana ou eram moradores das periferias da cidade e resolveram que queriam ir pra terra. Hoje viver na terra é sinônimo de uma vida muito dura, muito difícil, é um modelo pobre, sobretudo. Mas ainda é uma pobreza muito diferente da pobreza da cidade. Por mais pobre que você seja no campo, pelo menos lá a gente tinha sempre uma jaca no chão, um caju.

É um tipo de pobreza diferente porque você no mínimo tem o mínimo, não morre de fome. Então, acho que a maior coisa que eu aprendi é isso: que são pessoas que estão buscando uma alternativa diferente e que devem ser apoiadas. A principal bandeira, a principal luta do MST, é pra que o campo seja um opção viável. Hoje não é. Muita gente que vai para o campo hoje é porque não tem mais nada, é porque está passando fome na cidade, porque está desempregado ou é explorado.

Acho que deveria haver a reforma agrária, e com isso, um campo produzindo alimentos saudáveis. Hoje, o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. A gente teria uma sociedade muito mais justa e melhor de se viver, caso houvesse uma condição decente para quem mora no campo.

Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra

A Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar, foi criada em 2000 pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA). É uma ação de conscientização e mobilização da sociedade brasileira para incluir na Constituição Federal um novo inciso que limite às propriedades rurais em 35 módulos fiscais.

De acordo com os últimos dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) em 2006, no Brasil, 2,8% das propriedades rurais são latifúndios e ocupam mais da metade de extensão territo-

rial agricultável do país (56,7%).

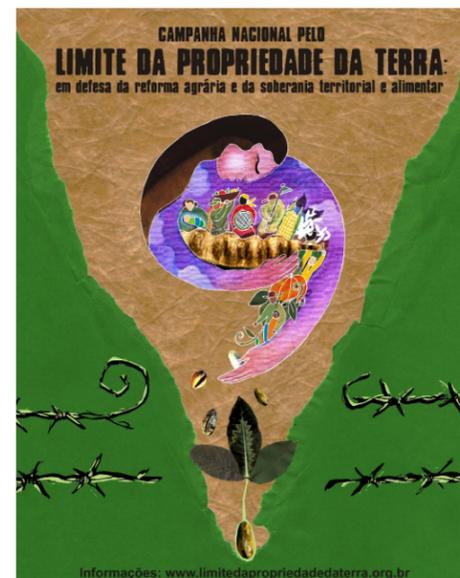
Em contrapartida, as pequenas propriedades representam 62,2% dos imóveis e ocupam apenas 7,9% da área total. Vale lembrar que mais de 70% dos alimentos produzidos para os brasileiros provêm da agricultura camponesa, uma vez que a lógica econômica agrária tem como base a exportação, principalmente da soja, da cana-de-açúcar e do eucalipto. O Brasil tem a segunda maior concentração da propriedade fundiária do planeta.

Diante da realidade do campo, vários segmentos sociais se mobilizam para conquistar seus direitos. O papel da Campanha é exigir a obrigação do Estado

em garantir esse direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela tiram seu sustento. Além disso, a Campanha também está engajada na luta contra o agronegócio e o hidronegócio no Brasil, que destroem o meio ambiente, a biodiversidade e desabrigam milhares de trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e comunidades ribeirinhas.

Em 2010, o Fórum lança o Plebiscito pelo Limite da Propriedade da Terra que será realizado na Semana da Pátria entre os dias 1 e 7 de setembro em todo o país. Este será o ato concreto do povo brasileiro contra a concentração de terras.

O plebiscito será uma consulta feita ao povo para saber se este concorda ou não com o limite da propriedade no Brasil.



Visite www.limitedaterra.org.br.

Uma ferramenta de luta

O Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

Por Sandra Mayrink Veiga

Apesar de sua relevância, ainda é muito pouco conhecido o Projeto dos Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA). O projeto, iniciativa da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, consiste em uma forma inovadora de monitoramento nacional para o desenvolvimento dos direitos humanos nestes campos. A coordenação geral deste processo fica com uma das entidades membro da Plataforma em sistema de rodízio, e é a responsável por captar os recursos para viabilizar as diferentes atividades das Relatorias, sejam missões, seminários, encontros e a publicação periódica dos relatórios.

Segundo Nelson Saule Jr., autor do texto **A Metodologia: aprendendo e fazendo**, “os relatores são escolhidos com base num mandato público que contém os compromissos, os objetivos, as formas de atuação e as parcerias para desenvolver o trabalho de monitoramento destes direitos. Através dos termos do mandato, as organizações da sociedade civil, bem como as autoridades públicas têm condições de colaborar com as Relatorias e fiscalizar se os termos do mandato estão sendo respeitados”. Portanto, os relatores exercem uma função pública e as Relatorias Nacionais são voltadas à promoção dos direitos humanos.

A seleção dos relatores é realizada por um Conselho integrado por organismos públicos como a Secretaria Especial de Direitos humanos da Presidência da República, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o Departamento de Direitos Humanos do Ministério de Relações Exteriores e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; e tam-

bém organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV).

Os relatores têm que ter um reconhecimento público do compromisso com a promoção dos direitos relacionados a cada Relatoria; terem legitimidade nas redes, fóruns e organizações da sociedade que atuam nas áreas temáticas de cada uma e, obrigatoriamente, têm que atuar com autonomia e independência dos órgãos governamentais. A trajetória pessoal também tem importância, pois é desejável que o relator tenha uma história e um reconhecimento em suas respectivas áreas de atuação. Outro ponto que pesa na seleção é que o relator possa comprovar sua conexão com as entidades e movimentos afins de sua temática, inclusive para garantir o sucesso da sua tarefa, já que a possibilidade de apoio dessas entidades seria maior. “Embora deva ficar bem explícito que não é o seu representante e que mantém a sua independência”, explica Saule. Há uma grande ênfase na manutenção da maior independência possível em relação aos governos e aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil para que possam cumprir efetivamente seus mandatos, já que frequen-

temente seu trabalho implicará no questionamento dos padrões de comportamento em relação a direitos humanos nos âmbito do Estado, dos governos e da sociedade como um todo. Por isso o projeto precisa garantir também a sua autonomia do ponto de vista financeiro, de infraestrutura de trabalho e de instrumentos mínimos de apoio para a realização do mandato.

COMO FUNCIONAM AS RELATORIAS?

As redes, fóruns, organizações e movimentos sociais, assim como aqueles que são vítimas, solicitam a investigação de um determinado caso de violação. A partir de suas informações, o caso é analisado e, se tem sustentação, é acolhido para ser objeto de uma missão. Outra forma é a própria Relatoria tomar a iniciativa de promover uma investigação ou uma missão a partir do conhecimento que teve de uma determinada situação de violação. Para tanto tem que levar

em conta os critérios que foram construídos coletivamente pelo Projeto, quais sejam:

- que sejam casos coletivos paradigmáticos e que, ao longo do mandato, se tenha um leque de missões e relatórios representativos dos diferentes tipos de violação e de vítimas, e de diferentes tipos de missão;
- que esteja em jogo a vida e/ou a sobrevivência de pessoas e do grupo social ameaçadas ou vítimas de violação dos direitos;
- que existam localmente (ou pelo menos na região) organizações (ONGs, associações e movimentos populares e sindicais, entidades de direitos humanos) para ajudar a preparar a missão, dar apoio, respaldo, acompanhar e dar seguimento à missão;
- que haja uma possibilidade de influenciar a situação, seja em termos preventivos, seja em termos de reparação. Uma ação preventiva, a partir de uma situação de ameaça, pode ser mais relevante se contribuir de fato para impedir que se consuma a violação.



Reunião dos relatores no estado do Mato Grosso do Sul em 2006.

O PAPEL DAS MISSÕES

A finalidade primeira das Missões “é a de dar visibilidade para os diversos segmentos da sociedade e para as autoridades do Estado Brasileiro de situações de impedimentos, ameaças e violações dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de grupos sociais vulneráveis como moradores de favelas, populações indígenas e tradicionais, comunidades quilombolas e rurais, bem como o papel de mediação e interlocução para a solução dos conflitos encontrados” (SAULE).

Os relatores vão até o local, realizam reuniões com as comunidades, recolhem informações, colhem depoimentos das vítimas, gravam, fazem registros fotográficos e de vídeo se possível, visitam as instituições e autoridades públicas competentes, realizam debates e seminários com a sociedade local no intuito de disseminar os direitos econômicos, sociais e culturais, como também audiências públicas e coletivas de imprensa. Para que uma missão seja bem sucedida, para além das organizações das vítimas e das que lhes apoiam, é necessário mobilizar outras entidades. Movimentos sociais, quando possível, organizações da sociedade civil que tenham afinidade com a temática, o Ministério Público Federal e/ou Estadual, representantes de setores governamentais que têm a ver com a temática, legislativos federal, estadual e municipal, organizações locais de direitos humanos, meios de comunicação, as Universidades e seus pesquisadores, intelectuais e artistas.

“A maioria desses contatos é feito por organizações parceiras da região que, além de assegurar a logística, precisam explicar e convencer os que se sentem ameaçados a fazerem as denúncias e se organizarem para enfrentar os agressores.

A Missão não é um momento

de acareação, mas sim de articulação entre a denúncia propriamente dita, destituída das “vozes das vítimas”, com os instrumentos de restituição dos seus direitos. Por isso, a necessidade de envolver os diversos órgãos governamentais e instituições públicas como a Defensoria Pública e os Ministérios Públicos, bem como de divulgar as práticas positivas como exemplo de realização dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais que podem ser multiplicadas’ (SAULE).

POR QUE FAZER AUDIÊNCIAS PÚBLICAS?

As audiências públicas são importantes justamente para criar um espaço real para dar voz aos grupos sociais que estão sofrendo ameaças ou são vítimas de violação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Convida-se as autoridades competentes do governo e do parlamento local, estadual e nacional, o Ministério Público, a Defensoria Pública, bem como as entidades e pessoas acusadas de violação dos direitos. E, diante de todos, recolhe-se os depoimentos das vítimas, de representantes dos grupos sociais e organizações de apoio, de entidades com reconhecimento técnico e profissional em cada área temática e de profissionais e acadêmicos. Depois, as entidades das vítimas e as que as apoiam buscam dar a maior visibilidade de divulgação nos meios de comunicação, através de manifestos, de campanhas etc. das situações e casos de impedimentos, ameaças, violações e de implementação destes direitos.

São produzidos os informes e relatórios com as recomendações dos relatores contendo as medidas que devem ser tomadas nas diferentes esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal, bem como dos poderes Executivo, Legislativo e do Judiciário especialmente para o

Ministério Público e a Defensoria Pública. As Relatorias, por sua vez, também se empenham na divulgação e se utilizam de vários espaços para essa disseminação dos instrumentos de divulgação do trabalho tais como: as Conferências Nacionais de Direitos Humanos, da Cidade, de Segurança Alimentar, e o Fórum Social Mundial, quanto em seminários nacionais, regionais e locais sobre os direitos. No âmbito internacional, essa divulgação tem sido feita participando de atividades durante as Sessões da Comissão de Direitos Humanos e do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

“Vale notar que o termo “audiência pública” é emprestado, mas reflete bem o espírito da reunião que se promove. No entanto, os relatores(as) não se sentem obrigados a escutarem todas as partes. O relator(a) não é juiz e não estamos numa sessão do tribunal. A prioridade é realmente dar voz às vítimas e suas organizações e tentar fazer a ponte com quem, dos vários poderes, pode e se dispõe a dizer o que se pretende fazer para mudar a situação. A intervenção de pesquisadores que estudam a situação em apreço é importante para que não se tente desqualificar os depoimentos das vítimas. Nas audiências recebem-se também denúncias sobre casos não visitados pelo Relator.

As audiências são cercadas de publicidade para que sejam as mais concorridas possíveis, possam encorajar as vítimas e impressionar a opinião pública e os responsáveis. Mais do que isso, essa publicidade faz parte da disputa de sentido, da legitimidade, do reconhecimento, da opinião pública. Através das audiências públicas as Relatorias têm aberto canais de diálogo e de mediação entre os diversos segmentos da sociedade envolvidos nos casos retratados”. (SAULE)

Na elaboração dos relatórios

— que contêm uma fundamentação jurídico-legal; a contextualização dos temas; a descrição de cada caso; os relatos dos depoimentos — os relatores tecem seus comentários e fazem suas recomendações para a superação das violações ao mesmo tempo em que esclarecem o que são os Direitos Humanos que foram trabalhados nas referidas Missões e as implicações legais e jurídicas de sua realização segundo as leis brasileiras bem como aponta os principais obstáculos à realização dos referidos direitos.

“Os informes das missões têm o objetivo de prestar conta das informações e encaminhamentos tomados pela Relatoria para as vítimas e organizações denunciantes. O relatório geral das missões leva em consideração as relações de classe social, de gênero, raça/etnia e geração, para assim, tornar visível como se dão os impactos nos diferentes grupos de população”. (SAULE)

IMPACTO E FORTALECIMENTO

As Missões e Audiências Públicas têm provocado um impacto profundo nos diferentes estados da Federação freando parte das violações dos direitos humanos no Brasil. Por isso, consideramos o Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais uma ferramenta de luta para os movimentos sociais e organizações da sociedade civil que não conciliam com essas violações e conclamamos as universidades e, em particular, o Fórum de Pró Reitores de Extensão para a divulgar e apoiar este projeto.

Veja a seguir entrevista com Maria Elena Rodrigues, que coordenou durante 4 anos o Projeto dos Relatores Nacionais em Direitos Humanos.

Por um Brasil de direitos

Êêetcha conversou com a advogada Maria Elena Rodrigues

Por Sandra Mayrink Veiga

Êêetcha: Gostaríamos que você relatasse para os nossos leitores um pouco da história da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento, e em seguida explicasse como ela se desenvolveu, bem como seus objetivos e a organização da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA).

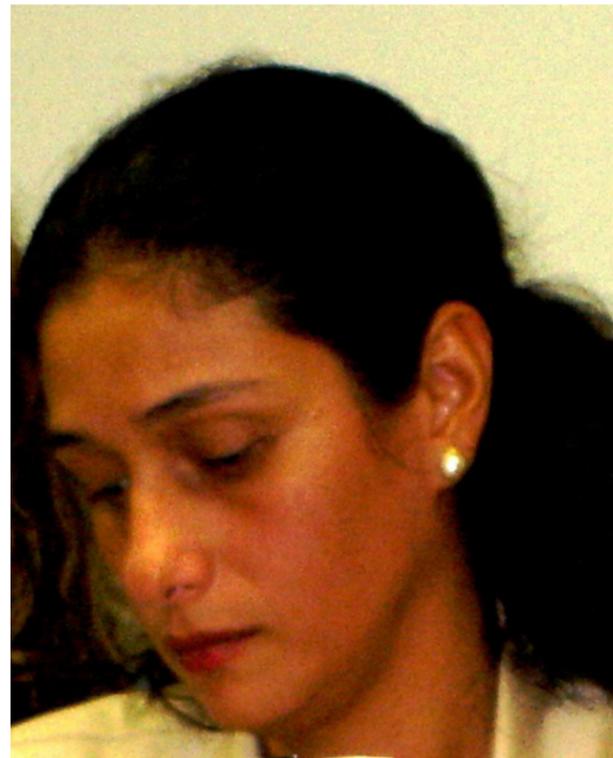
Maria Elena: A Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD) é uma rede, conformada por Capítulos Nacionais (hoje temos 16 capítulos nacionais em toda América Latina e América Central) que articulam organizações sociais e instituições da sociedade civil para a promoção plena, vigência e reatualização dos direitos humanos. Trabalha pela construção de sociedades aonde a economia, a cultura e a política estejam a serviço da dignidade humana, da equidade, do respeito à diversidade e ao meio ambiente, e por uma integração fundamentada na democracia, na inclusão e na justiça social.

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DhESCA Brasil) surgiu como um capítulo da PIDHDD, que se articula desde os anos 1990, para promover a troca de experiências e a soma de esforços na luta pela implementação dos direitos humanos. É uma rede nacional de direitos humanos que articula movimentos e organizações da sociedade civil e desenvolve ações para promoção, defesa

e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, visando ao fortalecimento da cidadania e à radicalização da democracia.

Êêetcha: Existe ainda, a partir de uma iniciativa da Plataforma DhESCA, o Projeto Relatores que já entrou na sua terceira fase. Conte-nos como essa iniciativa começou e o que tem realizado.

M.E.: As Relatorias Nacionais em DhESCA são uma iniciativa da sociedade civil brasileira, que adaptou a metodologia dos Relatores Especiais da ONU para o Brasil. Os relatores formam um grupo de especialistas que monitora a implementação de direitos humanos e planeja estratégias de incidência para a garantia de direitos no país. Além disso, os relatores planejam Missões para a investigação de denúncias envolvendo violações de direitos humanos. Após as investigações, as Missões publicam relatórios contendo uma análise da situação investigada, o contexto brasileiro sobre o caso e recomendações aos poderes responsáveis para a superação dos problemas. Em sete anos de relatorias, já foram visitados 22 estados brasileiros em mais de 110 Missões. A escolha dos Relatores de Direitos Humanos acontece mediante um edital público distribuído a diversas redes, organizações e organismos de direitos humanos. Após o recebimento das inscrições, o Conselho de Seleção e Acompanhamento se reúne e debate os nomes para este mandato, levando em conta o cumprimento dos requisitos, os planos



Maria Elena é assessora do Núcleo de Direitos Humanos da FASE. Ela coordenou durante 4 anos o Projeto de Relatorias Nacionais em Direitos Humanos.

de trabalho apresentados e as cartas de apoio enviadas. Integram este conselho representantes das agências das Nações Unidas: UNV, UNIFEM, FAO, PNUD, UNICEF e UNESCO; do Ministério de Relações Exteriores; da Secretaria de Direitos Humanos; da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), além das cinco organizações da coordenação da Plataforma. O desafio desses especialistas tem sido o de monitorar a situação dos direitos humanos no país de forma exemplar, o que implica em conhecer profundamente os problemas relacionados ao seu mandato; articular amplos setores sociais em busca de cooperação e soluções para os problemas verificados; e apresentar soluções viáveis por meio de políticas públicas e de novas leis que venham a melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Para o período 2009-2011 se conta com

6 relatorias: cidade, educação, meio ambiente, saúde, terra, trabalho. Quem quiser saber mais basta visitar o site www.dhescabrazil.org.br.

Êêetcha: O Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) trabalha com diferentes povos tradicionais (pescadores artesanais, quilombolas, caiçaras) e em todos os seus projetos se depara com a violação de direitos humanos, inclusive os que já são garantidos pela nossa Constituição. Agora mesmo está para entrar na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) a proposta do Partido Democratas (DEM) de revogar o direito dos quilombolas a seus territórios através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN).

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos está à frente do abaixo assinado em prol do decreto 4887/2003 que garante a titularidade. Como os quilombolas,

através de suas associações e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (CONAQ), podem acessar o apoio do Projeto Relatores, não só para vencerem esta ameaça, mas para conseguirem o direito a seus territórios, sua cultura e segurança alimentar?

M.E: O Relator do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação destacou em seu plano de trabalho para o atual período: “o processo de regularização fundiária na AM e seus impactos na política nacional de Reforma Agrária; a expansão do agronegócio e seus impactos; os programas governamentais de direito à alimentação e à água; as políticas públicas atinentes à terra, território e alimentação (PEC 47/2003); as lutas pela demarcação de terras indígenas e quilombolas; a luta contra a transposição do Rio São Francisco e os atingidos por

barragens e o uso de agrotóxicos e transgênicos na agricultura”.

Desde o início do projeto, a situação dos direitos dos quilombolas sempre foi central na área de atuação dos Relatores. Já foram realizadas algumas Missões em territórios quilombolas com a finalidade de investigar graves violações do direito à terra, à alimentação e ao meio ambiente. Cito como exemplo, a Missão realizada em novembro de 2008 à Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos (MG). Para entrar em contato com os Relatores de Direitos Humanos e conhecer mais sobre o Projeto, fazer alguma denúncia, ou ainda solicitar a montagem de uma Missão, o primeiro passo é entrar em contato pelo email secretaria@dhescabrazil.org.br ou através do site www.dhescabrazil.org.br.

O Êêetcha aproveita para convocar todos os nossos leitores a aderir ao abaixo assinado pelo decreto 4887/2003, que garante o direito dos povos quilombolas a seus territórios.

www.PetitionOnline.com/quilombo/petition.html

Divirta-se



visite WWW.MALVADOS.COM.BR

Comunicação Não-Violenta

O britânico Domic Barter fala de sua experiência com o conceito criado por Marshall Rosenberg

Por Diogo Alvim

O britânico Dominic Barter veio para o Brasil no ano 2000. O ator e diretor teatral trabalha há mais de 15 anos com o Dr. Marshall Rosenberg, que desenvolveu a técnica da Comunicação Não-Violenta. Hoje, Dominic é consultor internacional em Comunicação Não-Violenta e Práticas Restaurativas e é coordenador do projeto de Justiça Restaurativa para o Centro de Comunicação Não-Violenta. Ele trabalha com mediação de conflitos e desenvolve projetos e capacitações no Brasil e no exterior para governos, empresas, grupos diversos e para a Organização das Nações Unidas. Conheça um pouco mais desse projeto na entrevista concedida por Dominic ao pesquisador do SOLTEC/UFRJ, o biólogo Diogo Alvim.

Êêetcha: Na sua perspectiva o que é um conflito?

Domic Barter: Conflito é um fenômeno que segue a chegada de um novo dado, de uma nova informação, em qualquer sistema. Há o status quo que procura se manter e o dado novo que pede passagem. O dilema sobre como responder a essa demanda é o próprio conflito. Por si só o conflito é um acontecimento, se não tranquilo, pelo menos comum. É algo com o qual tanto indivíduos, como partes de um relacionamento, de um grupo ou de sistemas sociais, lidam com criatividade e destreza diariamente. O conflito descreve o processo de adaptação perante a mudança. Em tempos de significativa e acelerada mudança, como este pelo qual perpassamos, a capacidade de responder ao conflito com agilidade e inteligência é ainda mais valorizada.

Porém, no campo popular, o entendimento deste fenômeno conflito tem uma conotação extra que sugere algo problemático, indesejado, perigoso. Do meu ponto de vista este uso seria mais precisamente denominado de 'conflito doloroso'. O elemento extra, a dor, é um sinal da presença de algo fundamental ao nosso bem estar e que averiguamos não estar sendo considerado no dilema ou, pelo menos, está correndo risco de ser desconsiderado. Podemos imaginar que o crescimento da dor é relacionado à importância do princípio que valorizamos e

que tememos não estar cuidado na nova situação de mudança. Quando ignorada, mal entendida ou reprimida, esta dor cresce. Pela sua intensidade, e por fatores culturais que legitimam tais escolhas, a violência ocorre quando outras formas de expressão são vistas como bloqueadas ou indisponíveis. É então que a violência procura impor sua força no conflito e se expressa em atos externos, contra outras formas de vida, ou em atos internos, pela auto-agressão ou pela não-ação imposta.

O mito cultural de que conflito é perigoso vem, de fato, da tendência de evitar o engajamento e da sua resultante a violência. O conflito por si é simplesmente um aspecto de mudança, fato inegociável da vida.

Êêetcha: O quê lhe levou a trabalhar com esse tema?

D.B.: Nasci dentro de uma família que há gerações trabalha no teatro — espaço por excelência dedicado ao estudo do conflito. Herdei esta vocação de palco. Mergulhei nos confrontos políticos dos anos 80, no meu país de origem, a Inglaterra, e vivi na pele o êxito e os fracassos das estratégias que utilizávamos contra as políticas do governo de Margaret Thatcher, inclusive a tendência de nos tornarmos aquilo contra o qual lutávamos. Estudei o corpo durante anos, tanto através da dança como através de terapias e formas de reeducação psicofísicas, observando como o organismo

humano se ajusta às forças internas e ambientais.

Há pouco tempo, minha mãe achou um caderno em que ela anotava coisas que eu e minha irmã dizíamos quando crianças. E lá, para meu espanto, estava a seguinte sugestão minha, feita aos 5 anos de idade: "Quando for grande, vamos viajar pelo mundo e falar para as pessoas pararem de brigar?"

No Brasil comecei a entrar em comunidades nos meados dos anos 90, a procura de respostas à altura tanto do desafio intra e interpessoal quanto social que até hoje enfrentamos. Ou melhor, que evitamos, pois o recurso à violência é a forma mais popular de se desviar de um real e efetivo encontro com o conflito. As soluções que (não) procuramos serão (e estão sendo) encontradas nas margens, nos lugares de intersecção entre comunidades, nos lugares onde o conflito se manifesta de formas que simplesmente não podem ser ignoradas ou fantasiadas como fazem diversas narrativas. São meus encontros com a inventividade destes espaços baldios que hoje me motivam a continuar a pesquisar o que tão poucos querem olhar.

Êêetcha: Como a Comunicação Não-Violenta - CNV atua neste campo de mediação de conflitos?

D.B.: Comunicação Não-Violenta - CNV é o nome dado por Marshall Rosenberg para um processo de pesquisa contínua que busca



Dominic Barter

compreender as dinâmicas de conflito e os elementos que aumentam tanto a coesão intra e interpessoal quanto a dos laços sociais.

Na mediação de conflitos a CNV guia a construção de um ambiente em que o diálogo se torne possível. Seguindo a definição de Martin Buber, entendemos o diálogo como uma forma de conversa entre pares cujo destino é desconhecido. Implícito neste processo está a necessidade de que se atinja um equilíbrio de poder.

Vendo o dilema do conflito, bem como os possíveis elementos dolorosos e os atos de violência, como um processo de comunicação, o mediador da CNV procura facilitar o grau de conexão, de conectividade, entre os envolvidos através de uma série de distinções-chaves que abrem o caminho para o entendimento e a parceria.

Entre estas distinções, há quatro que se destacam como de suma importância:

- 1) a distinção entre o que de fato ocorre - as palavras ditas, as ações executadas - e as interpretações que estão sendo feitas a respeito destes atos;
- 2) a distinção entre enxergar as emoções estimuladas no conflito como originárias dos atos dos outros, e enxergá-las como provenientes dos valores e princípios de quem as experimenta;
- 3) a distinção entre os planos e as ações que queremos executar e os valores e princípios que estes planos procuram realçar; e
- 4) a distinção entre propor ações no espírito de um diálogo e tentar impor ações.

Êêetcha: A violência é inerente ao Ser Humano?

D.B.: Em 1986, a UNESCO reuniu cientistas de 12 países para debater esta questão. A declaração assinada no dia 16 de maio daquele ano, e adotada pelo Conselho Geral três anos depois, se resume a 5 idéias base do que seria cientificamente incorreto afirmar:

1. que herdamos dos nossos ancestrais animais uma tendência para guerrear;
2. que guerra ou qualquer comportamento violento é um aspecto geneticamente programado na natureza humana;
3. que na evolução humana há um processo de seleção que privilegia o comportamento agressivo em detrimento de outras formas de comportamento;
4. que seres humanos têm um “cérebro violento”; e
5. que a guerra é causada por um “instinto” ou por qualquer outra motivação singela.

A continuada popularidade destas crenças (pois pertencem mesmo à esfera da superstição) revela a força do que tem sido chamado por estudiosos de ‘a lógica de dominação’, que se sustenta em supostas explicações científicas para atitudes culturais que prorrogam sistemas sociais de extrema violência em todas as esferas da atividade humana.

Nos últimos anos, investigações mais minuciosas sobre o funcio-

namento humano, em particular, as ligadas a avanços na área das neurociências, inclusive com pesquisas dos neurônios espelho, têm revelado pistas valiosas acerca das bases biológicas e vantagens evolucionárias da chamada ‘lógica de parceria’. A sugestão é de que, longe de sermos inerentemente violentos, seres humanos se desenvolvem através de laços de afetividade fundados no reconhecimento da nossa semelhança, da nossa humanidade compartilhada.

A pergunta que as ciências exatas agora colocam para as ciências humanas é: como e por que as relações interpessoais e sociais impactam nossas escolhas de tal forma a nos tornarmos seres capazes de promover tanta miséria e de ameaçar nossa própria existência?

Êêetcha: Na sua opinião qual seria o primeiro passo para redesenhar a forma convencional de gerir a violência nos casos de violação de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - DhESCA?

D.B.: O que tenho observado como mais eficaz são respostas cujas formas e resultados são validados pela comunidade e/ou instituição que servem. Ou seja, propostas sistêmicas que levam a ‘assinatura’, a cara, de quem as usam. Isso evita a presunção de respostas padrões para contextos únicos, e nos leva a nos basearmos na observação cuidadosa e continua em cada exemplo de violação de vida.

Porém, podemos delinear - sempre de modo provisório - certos aspectos de uma resposta para a violação sistemática de bem estar e das condições necessárias à vida plena. Um aspecto central nestes casos seria de que a resposta também se constrói sistematicamente. Ou seja, que se fundamenta num acordo entre quem a usa e que seja disponível a todos. Mais uma vez, isso se dá numa nova relação de poder em que a ação não é realizada contra outros nem para outros, mas com outros. A bússola neste redesenho é a não-violência - a interdependência incompatível com a violação da vida.

Êêetcha: A partir da sua experiência, por favor relate algumas experiências que poderiam servir de referência e inspiração para nossos leitores?

D.B.: As experiências que servem de base para a não-violência estão acontecendo por toda parte, mas têm se manifestado ainda nas margens, entretanto, aos poucos, estão cada vez mais evidentes, pois os mecanismos de dominação - seja do Estado ou de outras formas de poder acumulado - estão visivelmente em crise e se mostram incapazes de lidar com as realidades emergentes.

Uma das que mais me anima é um movimento social bastante vigoroso chamado Justiça Restaurativa onde sistemas formais de justiça enxergam crimes, infrações e quebras de acordo como atos contra o Estado e as Práticas Restaurativas dão prioridade para as consequências destes atos nas vidas dos envolvidos. Nos últimos 15 anos venho construindo sistemas restaurativos com comunidades, escolas, varas de infância, unidades de internação, serviços municipais e redes sociais em vários lugares do mundo, inclusive

no Brasil. Os resultados ajudam a revelar os laços comunitários que compõem nossa vida social, e que se tornaram invisíveis no clima econômico atual.

Recentemente, participei de um Círculo Restaurativo em que membros de uma comunidade rural entraram em conflito em função de discordância sobre as medidas de um dado terreno que tinha sido vendido. Conheciam muito bem as formas em que normalmente isto seria resolvido - dentro e fora dos tribunais. A partir do Círculo Restaurativo houve uma quebra na expectativa de se resolver através do conflito e todos se lembraram de que o foco principal era o bem estar das famílias, agora e no futuro, e não o terreno em si. Soluções insatisfatórias a um ou ambos, de meio termo, não se mostrariam sustentáveis. O que acharam era uma forma de convivência que aumentava a segurança de todos. Esse é um desfecho talvez inalcançável se conduzido pelas mãos de quem não teria que viver com o resultado.



Dominic Barter: “A violência ocorre quando outras formas de expressão são vistas como bloqueadas ou indisponíveis. É então que a violência procura impor sua força no conflito”.

Foto retirada do site www.nosdacomunicacao.com.

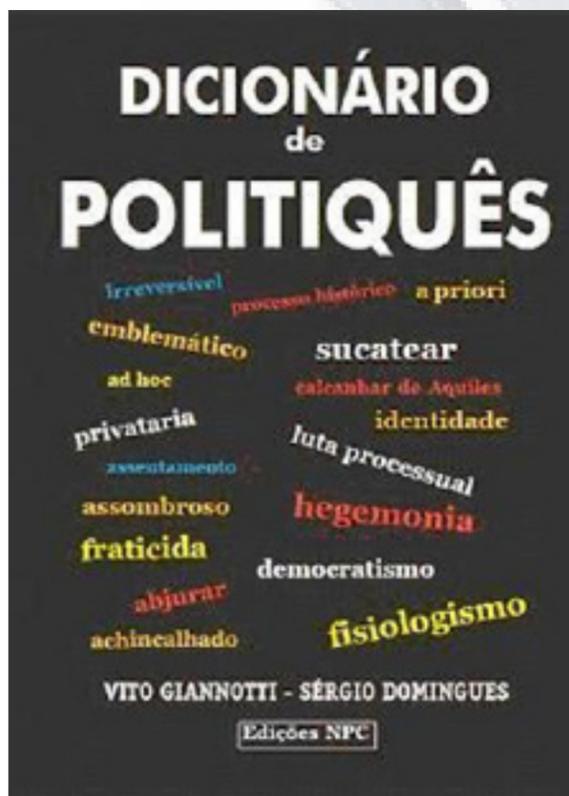
Soltec Indica livros

Territórios do futuro - Educação, meio ambiente e ação coletiva

Jean Pierre Leroy. Editora Lamparina. 400 páginas. 2010.

Esse é um livro fundamental para o debate sobre o futuro da vida no planeta. A obra reúne 19 artigos, relatos e reflexões que são a expressão de quase 40 anos de luta em favor de causas socioambientais do educador da Fase e um dos mais importantes ambientalistas atuantes no Brasil, Jean Pierre Leroy. A primeira parte do livro trata do fundamento de sua prática política: a educação popular e os movimentos sociais. Além disso, temas como: desenvolvimento, Amazônia, agricultura, biopolítica e relações internacionais também são abordados.

Jean-Pierre é educador, assessor da Área de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Fase e membro da Coordenação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.



Dicionário de Politiquês

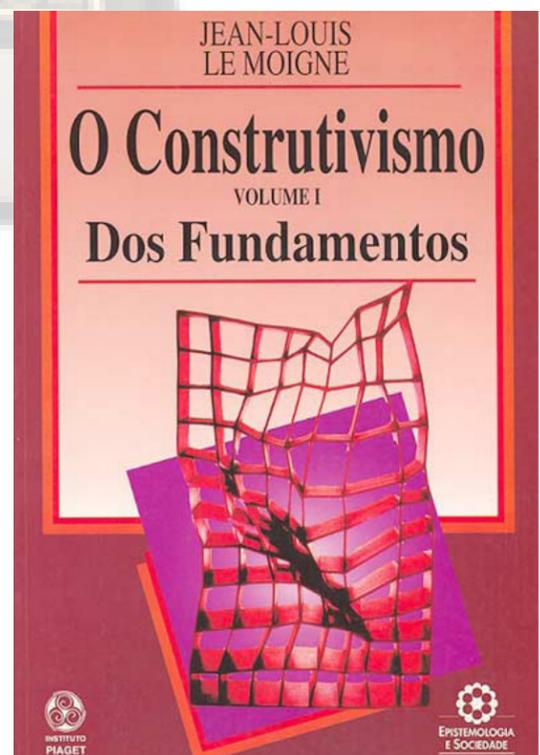
Vito Gianotti e Sérgio Domingues. Editora NPC. 285 páginas. 2010.

É preciso falar a língua dos normais. O objetivo do Dicionário de Politiquês é simplificar a linguagem usada nos meios de comunicação populares, para que alcancem com sucesso o público alvo. Isso porque, segundo Gianotti, 71% da população que não passou pelos bancos acadêmicos não entende a comunicação produzida pelos jornalistas populares e sindicais. Cada verbete neste dicionário traz uma frase com a palavra em questão e, em seguida, uma frase com uma palavra que substituiria aquela. “Não pretendemos mostrar todas as opções de substituição, mas apenas dar uma dica”, afirmou Gianotti.

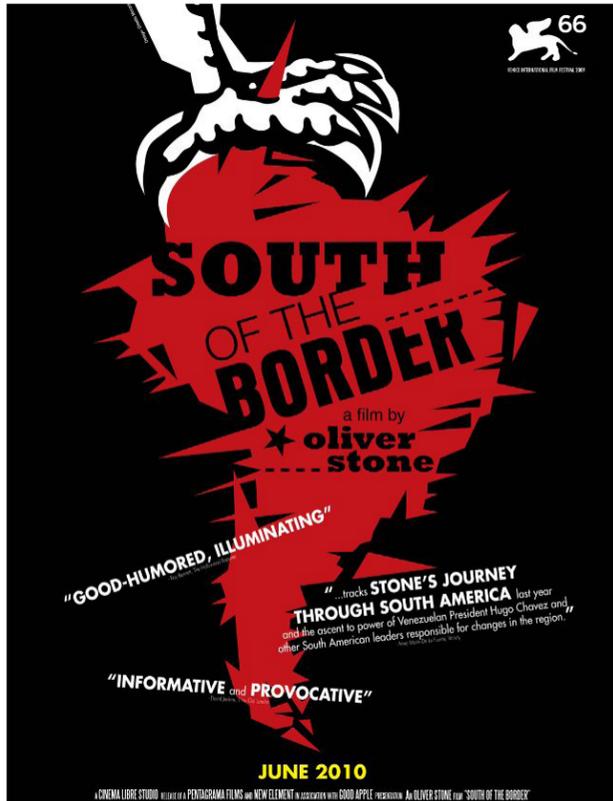
O Construtivismo: Volume I - Dos Fundamentos

Jean-Louis Le Moigne. Editor Instituto Piaget. 262 páginas. 1998.

Nesta obra, estão reunidos os textos fundamentais que dizem respeito à nossa vida cotidiana. Especialista da Escola sistêmica, Jean Louis Le Moigne, com sua filosofia personalizada, nos convida a discutir novas propostas e reconsiderar bases conceituais do conhecimento humano a partir do Construtivismo. O construtivismo coloca-se como uma nova alternativa face à complexidade do mundo atual e sobretudo face aos problemas epistemológicos gerados pelo desenvolvimento das ciências ditas exatas. Para o construtivismo, a realidade constrói-se a cada instante. É a pretensão de um novo saber e de um novo conhecimento que arranca a um real imanente e ontológico uma parcela de verdade.



Soltec Indica filmes



Ao sul da fronteira

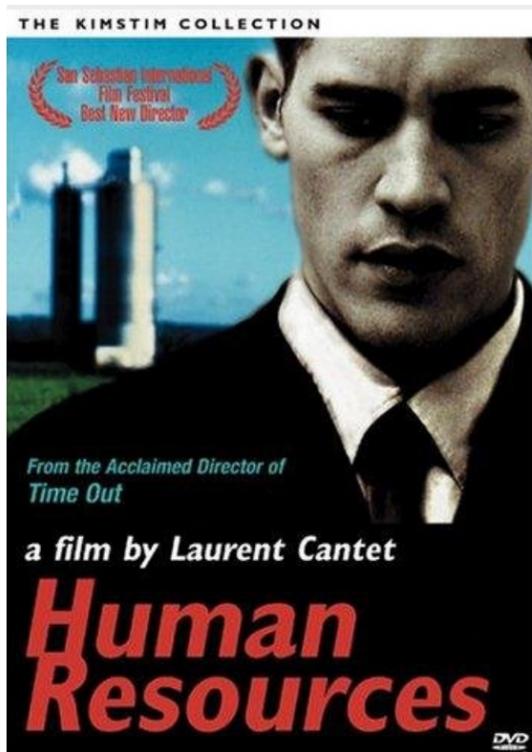
Documentário. 78'. EUA. 2010. De Oliver Stone.

Informativo e provocador, o documentário examina as políticas econômicas de livre mercado historicamente impostas pelos Estados Unidos e pelo FMI à América do Sul, e como elas falharam em aliviar o problema crônico da desigualdade social na região, contribuindo assim para a ascensão de líderes socialistas e social-democratas. Oliver Stone viaja por seis países da América do Sul e ainda Cuba, entrevistando seus respectivos presidentes, em uma tentativa de compreender este fenômeno. Discute ainda qual o papel dos meios de comunicação no continente e o modo como a mídia acompanha cada governo. Segundo o diretor o controle dos meios de comunicação é restrito na América Latina a grandes famílias que os utilizam para interesses próprios e “eles mentem” ataca Oliver.

Utopia e Barbárie

Documentário. 120'. Brasil. 2010. De Silvio Tendler.

Este documentário de Silvio Tendler reconstrói o mundo a partir da II Guerra Mundial. O documentarista percorreu 15 países entre eles Brasil, Itália e Cuba, a fim de registrar as testemunhas e protagonistas da história. Na tela, eventos polêmicos como por exemplo: as bombas de Hiroshima e Nagasaki, o Holocausto, a Revolução de Outubro, o ano de 1968 no mundo (Brasil, França, Chile, Argentina, Uruguai, dentre outros) e a queda do Muro de Berlim. A história é exibida e pensada sob o olhar de pessoas com abordagens e trajetórias distintas. Entre os entrevistados estão inúmeros intelectuais como filósofos, historiadores, jornalistas, além de testemunhas e vítimas desses episódios históricos que ajudam a compor uma rica discussão e reflexão socio-histórica de períodos que marcaram e mudaram o mundo.



Human Resources

Drama. 100'. França. 1999. De Laurent Cantet.

Human Resources (Ressources Humaines) é o primeiro longa metragem do diretor francês Laurent Cantet, que em 2008 dirigiu o aclamado “Entre os muros da escola”. Na ficção, o jovem Franck volta à sua cidade natal para iniciar a carreira profissional na empresa onde seu pai trabalha. É quando começam os conflitos políticos, éticos, ideológicos e familiares que dão corpo ao filme.

Expediente



Sidney Lianza

Coordenação Geral do SOLTEC
Engenheiro Civil
Mestre em Engenharia de
Produção pela COPPE UFRJ
Doutor em Engenharia de
Produção pela COPPE UFRJ



Sandra Mayrink Veiga

Edição Geral
Coordenação Núcleo de
Comunicação SOLTEC UFRJ.
Jornalista



Marília Gonçalves

Edição
Diagramação
Estudante de Jornalismo na
Escola de Comunicação da
UFRJ



Renata da Silva Melo

Redação
Bolsista de Comunicação do
SOLTEC UFRJ
Estudante de Comunicação Social
na Escola de Comunicação da
UFRJ



Alan Tygel

Colaborador
Pesquisador do SOLTEC UFRJ
Engenheiro Eletrônico
Mestre em Engenharia Eletrônica
pela COPPE UFRJ



Ricardo Mello

Colaborador
Pesquisador do SOLTEC UFRJ
Economista
Doutorando em Engenharia de
Produção pela COPPE UFRJ

Entre em contato com o SOLTEC

No telefone: (21) 2562-7780

No endereço: Avenida Athos da Silveira Ramos, 149, Centro de Tecnologia - UFRJ, Cidade Universitária. Bloco ABC, sala 112. CEP: 21941-909.

No e-mail: comunicacao_soltec@yahoo.com.br

O Êêêcha é uma publicação trimestral produzida pelos bolsistas, pesquisadores e colaboradores do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ.

Visite nosso Portal na internet e deixe seu comentário.